



Editorial

Renato S. Maluf – editor convidado

Quando aceitei o honroso convite das colegas Maria Rita Marques de Oliveira, coordenadora da Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da União das Nações Sul-Americanas, e Marina Vieira da Silva, editora da Revista Segurança Alimentar e Nutricional, para ser o editor convidado da presente edição especial dedicada à soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), entusiasmei-me a oportunidade de reunir contribuições oriundas de distintos campos disciplinares sobre as múltiplas dimensões englobadas por essa temática. Animava-me, também, a perspectiva de contribuir para construir um “olhar latino-americanista” que fizesse aparecer as particularidades do nosso continente em uma área na qual a alta incidência de pobreza e a desigualdade que nos caracterizam nos tornam detentores de indicadores elevados de insegurança alimentar e nutricional e de perda de soberania, ao mesmo tempo em que por aqui proliferam políticas e ações públicas significativas e, mesmo, inovadoras voltadas para a SSAN.

De fato, esse é um campo onde se verificam importantes disputas de significados e hegemonias na quase totalidade dos países da América Latina e Caribe, acompanhadas de conflitos sociais e econômicos de várias ordens. O Brasil tornou-se um caso exemplar tanto pela extensão dessas disputas e conflitos, quanto pela longa construção social da qual se originou uma concepção substantiva de SSAN e um elenco de políticas e ações com repercussões perceptíveis na realidade social do país. Um campo social contra-hegemônico, sem dúvida, mas não menos importante por isso. A propósito, isto se reflete na própria academia brasileira com o crescente número de estudos e pesquisas nessa temática, a existência de um periódico dedicado a ela como é o caso da revista Segurança Alimentar e Nutricional, e a próxima criação da Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN cuja institucionalização deverá ocorrer em 2017.

A construção brasileira se fez, inicialmente, em torno da noção fundadora da segurança alimentar e nutricional (SAN) como referência no enfrentamento do flagelo da fome e da má nutrição em geral, porém, desde logo com uma compreensão bastante diferenciada em relação às então utilizadas por governos e organismos internacionais, ou por organizações da iniciativa privada. Os princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHA) foram incorporados em seguida, num processo que requalificou o próprio objetivo da segurança alimentar e nutricional. A Lei Orgânica da SAN (LOSAN, 2006) consagrou a articulação dessas três referências, embora a junção das mesmas ainda seja objeto de não poucos desafios conceituais e de políticas públicas.

Costumo ressaltar duas características fundamentais e indissociáveis que estiveram presentes desde sempre na conceituação brasileira, a saber, a intersetorialidade das ações e a participação social nas políticas públicas. A intersetorialidade, isto é, a adoção de ações e programas integrados de um modo que compartilhe objetivos e recursos, é um requisito para abordar fenômenos multidimensionais como é o caso da condição alimentar e nutricional dos indivíduos e grupos sociais. A tradução acadêmica desse requisito é o pleito pela multi, inter ou transdisciplinaridade, conforme seja a questão em pauta, a filiação teórico-metodológica ou a disposição de abrir mão de posições disciplinares bem estabelecidas.

A participação social nas políticas públicas, por sua vez, é herdeira da redemocratização do país com o fim da ditadura militar e da Constituição Federal de 1988, tendo uma já ampla difusão e experiência em quase todos os setores do Estado brasileiro. Mais do que isso, entendo ser ela uma expressão da marca distintiva do caso brasileiro que é a amplitude alcançada pela prática da democracia participativa, cheia de limites, é claro, mas sem a qual dificilmente se compreende o Brasil. A participação social esteve e seguirá estando no centro da conceituação e das políticas de SSAN e do DHA no Brasil, assim como da construção do Sistema Nacional de SAN. A evolução da sua capacidade propositiva ou de resistência frente a retrocessos na referida construção deverá estar, também, no centro das avaliações do Brasil que sairá do golpe parlamentar recém perpetrado no país e seus desdobramentos.

Retornando às pretensões que animaram a presente edição especial da revista, mencionadas no parágrafo inicial, elas levaram à opção de lançar uma convocação aberta para a submissão de manuscritos que, ademais, acolhia um amplo leque de temas relacionados com a SSAN. Não obstante o mérito da abertura à participação sem uma delimitação temática estrita, sempre há um grau de incerteza quanto ao resultado desse tipo de procedimento. Foram muitos os trabalhos submetidos à avaliação. Como veremos adiante, os artigos pré-selecionados com base em parecer de pares e, finalmente, aprovados para publicação preenchem, em larga medida, a multiplicidade de disciplinas e dimensões de análise requeridas na abordagem da SSAN. Contudo, não há dúvida quanto à ausência (previsível) de questões relevantes. Evidenciou-se, também, ser necessário um empenho específico para lograr compor o pretendido “olhar latino-americanista”.

Feitas essas ressalvas, uma leitura temática da coleção de sete artigos aqui reunidos permite constatar um amplo espectro de reflexões sobre questões que poderiam ser agrupadas em três conjuntos, a saber, acesso aos alimentos e composição da dieta, modelos de produção agroalimentar e ações locais de promoção da alimentação adequada e saudável. Iniciando pelo acesso aos alimentos, sabe-se que as restrições de renda sobressaem em países desiguais como os nossos, de modo que emprego, poder de compra dos salários e mecanismos de transferência de renda são decisivos, embora não suficientes em termos da promoção da SAN.

O artigo de Cibele Kopruszynski e Vera Mariza Costa, analisando o Programa Bolsa Família cujo papel na superação da fome e da pobreza é amplamente reconhecido, mostra como as chamadas condicionalidades do programa, relacionadas com educação e saúde, poderiam atuar junto com outros instrumentos na articulação entre ampliação da capacidade de acesso aos alimentos e formação de hábitos alimentares saudáveis. Isto é tão mais relevante quando se sabe da preocupante tendência ao sobrepeso e obesidade, e à manifestação de outros problemas de saúde derivados da má alimentação.

Esta preocupação se confirma no artigo de Ruth Martínez Espinosa e colegas, baseado em minuciosa pesquisa sobre os níveis de nutrientes críticos presentes nos alimentos processados consumidos pela população da cidade de Loja, no Equador. A associação entre consumo de alimentos (ultra)processados e a qualidade nutricional da dieta alimentar tem sido objeto de numerosos trabalhos em diversas partes do mundo, nos quais é sempre destacado o papel indutor das grandes corporações e da propaganda nos meios de comunicação.

Um segundo conjunto de questões se encontra em três artigos abordando aspectos que estão no centro das controvérsias sobre os modelos de produção agroalimentar, notadamente a contraposição entre a agricultura diversificada de base familiar e os modelos patrocinados pelo agronegócio. O artigo de Flaviane Canavesi, Iracema Ferreira de Moura e Cláudia de Souza e reconstrói uma das significativas conquistas recentes que foi a introdução do enfoque da agroecologia nas políticas públicas no Brasil, mostrando como esse processo esteve todo tempo articulado com a perspectiva da promoção da SSAN. Já Ágatha Transfeld da Silva e Samantha Transfeld da Silva apresentam os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre os potenciais da produção orgânica em termos da SSAN e da sustentabilidade, e os desafios colocados para sua expansão, em contraposição aos modelos convencionais que fazem farto uso de agrotóxicos. O terceiro artigo, de autoria de Valdir Gonzalez Paixão Junior e Alfredo Pereira Junior, enfrenta a controvérsia relativa aos organismos geneticamente modificados, os transgênicos, argumentando que sua difusão em detrimento das sementes tradicionais constitui uma questão bioética.

O terceiro conjunto de pesquisas e reflexões contempladas na coleção de artigos nos leva ao plano das ações locais para a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável por meio da alimentação escolar e das cozinhas comunitárias. No primeiro caso, temos um artigo apresentando os resultados de um “estudo de intervenção” sobre a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conduzido por equipe liderada por Veruska Prado Alexandre em dois territórios da cidadania no estado de Goiás. O foco principal do estudo e das recomendações dele derivadas são os desafios para a efetivação da compra de alimentos da agricultura familiar local pelo programa. O segundo artigo de autoria de Narjara Incalado Garajau e Maria Lúcia Miranda Afonso, baseia-se em pesquisa sobre a implantação do Programa Cozinha Comunitária em município de Minas Gerais, valendo-se deste caso para ressaltar a importância da articulação intersetorial na gestão da política de segurança alimentar e nutricional.

Para finalizar a apresentação dessa edição especial da revista Segurança Alimentar e Nutricional, faço referência ao apoio que essa iniciativa recebeu do Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Caráter Socioeducacional e Sociotecnológicas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da União das Nações Sul Americanas – Programa SSAN-UNASUL, lançado pelo Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação da UNASUL em 2012. No Brasil, o Programa atua por meio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, apoiando projetos de parceria entre pesquisadores brasileiros e dos demais países da UNASUL, a divulgação científica e a articulação da Rede SSAN-UNASUL.

Estou seguro de que todas(os) terão uma proveitosa leitura dos artigos aqui reunidos.

Renato S. Maluf – Professor Titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde coordena o Centro de Referência de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN)